

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Reconhecimento, Justiça e Desigualdade

Desrespeito e reconhecimento nas publicações do Setor de Gênero do MST

Thais Marques de Santo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Desrespeito e reconhecimento nas publicações do Setor de Gênero do MST

SANTO, Thais Marques de¹

Em *Construindo o caminho* de 1986 constam as primeiras resoluções do MST sobre a participação política das mulheres na luta pela reforma agrária. As diretrizes expressas na publicação foram construídas pelo coletivo de mulheres formado dentro do Movimento. Com o tempo, o coletivo se expandiu e ganhou o *status* de Setor Nacional de Gênero do MST, que tem a tarefa de formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no Movimento. A organização feminina no interior do MST é uma expressão da luta das mulheres Sem Terra por reconhecimento, ou seja, por acesso a bens materiais, por direitos de cidadania e pela igualdade participativa nas tomadas de decisão. E os materiais produzidos pelo Setor de Gênero para orientar formações, estudos e sistematizar encontros expressam as vivências de desrespeito das mulheres Sem Terra e a concepção do Movimento sobre as novas relações de gênero necessárias para a construção de uma nova sociabilidade. O objetivo do presente trabalho é identificar nas publicações do Setor de Gênero do MST as vivências de desrespeito e a luta por reconhecimento das mulheres Sem Terra. Para tanto, analisamos qualitativamente oito publicações do Setor no período de 1988 a 2015.

Palavras-chave: Reconhecimento, desrespeito, MST, Setor de Gênero.

Introdução

Desde a sua fundação em 1984, o MST se organiza em torno de três eixos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna (MST, 2009).

Esta compreensão ampla de transformação da sociedade – que transcende a reforma agrária ou a socialização dos meios de produção – fora construída a partir das vivências cotidianas e dos conflitos que emergiram e seguem emergindo no interior do Movimento, onde se evidencia que é necessário politizar as questões referentes à vida cotidiana. Em seu estudo sobre o MST, Melo (2010, p. 113-114) indica que

tanto a análise das lutas sociais que o antecederam quanto os conflitos que emergem na própria dinâmica de seu cotidiano apontam para o fato de que a construção de tal sociedade extrapola os limites da socialização dos meios de produção. Apontam para que o empenho pela construção do “novo” deveria contemplar o empenho pela construção do “novo” na intimidade de cada ser humano. O que implica trazer as grandes batalhas por emancipação também para a esfera do cotidiano, ampliando e modificando o conceito do que pertence à esfera da luta política.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, PUCRS, bolsista CAPES, thais.santo@acad.pucrs.br.

A questão de gênero passa a fazer parte dos debates do Movimento nesse contexto inicial, onde desde os primeiros anos de organização as mulheres reivindicaram sua participação igualitária nos espaços políticos do MST. Mercedes² relata como a organização das mulheres iniciou dentro do Movimento:

A gente começou a conversar com eles [um Padre e uma Freira que integravam a assessoria do acampamento] que a gente gostaria de fazer parte também das equipes, que eram só homens. E aí começamos a se articular lá dentro como mulher e fazer reuniões e coisa. Até que a gente convocou uma assembleia só das mulheres. Aonde a gente juntou as mil e quinhentas mulheres, todas. E formalizou uma equipe de mulher dentro do acampamento.

Além dos direitos de cidadania dos quais estavam privadas, “o coletivo de mulheres conseguiu trazer à tona que antigas formas de dominação constituintes da cultura da população brasileira continuavam se reproduzindo no cotidiano dos assentamentos” (MELO, 2010, p. 123), a despeito do projeto de construção de uma nova sociedade.

A organização das mulheres visava à inclusão delas nos grupos de coordenação e administração do acampamento. Mercedes frisa que não intencionavam organizar uma militância feminista, apenas queriam ser incluídas na esfera política do próprio Movimento, reconhecidas como agentes políticos:

A proposta nossa não era se reunir..., fazer um grupo de mulheres longe dos homens, mas sim, a nossa proposta era se inserir dentro dos setores onde os homens, os companheiros também faziam parte, né. Não ter um movimento separado dos homens. Como Movimento Sem Terra a gente poder fazer parte junto.

Com o tempo, a luta das mulheres foi ganhando mais espaço dentro do Movimento e passou a ser uma bandeira para o MST, entendida como uma condição *sine qua non* para a efetivação de seu projeto político e de sociedade.

Inicialmente sua organização foi denominada Equipe de Mulheres e, posteriormente, Coletivo Nacional de Mulheres, de modo que o Setor de Gênero do MST passa a existir apenas nos anos 2000. De acordo com Aurora³, a organização das mulheres passou a adotar a perspectiva de gênero por perceber que era

² O nome da entrevistada foi alterado. Mercedes compôs a organização inicial das mulheres, bem como esteve presente na primeira ocupação de terras protagonizada pelo Movimento no RS.

³ Aurora é representante da região metropolitana de Porto Alegre no Setor de Gênero.

preciso trabalhar a questão com homens e mulheres: “tu tem que organizar a tua casa, é um pilar, né. E se tu arrumar só um, vai cair”.

Fica a cargo do Setor de Gênero a tarefa de formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no MST. Cada assentamento conta com um núcleo de mulheres; os assentamentos estão organizados por regiões, cada região indica uma representante para participar das reuniões estaduais de gênero; e cada estado indica uma representante para compor o Setor Nacional de Gênero. Dessa forma vai se dando a troca entre as deliberações locais e as deliberações nacionais, bem como o compartilhamento das experiências e discussões realizadas em todos os assentamentos do Brasil.

Nos assentamentos são promovidas formações profissionalizantes e políticas para as mulheres Sem Terra. As formações de mulheres carregam em seu conteúdo a concepção do Movimento sobre a relação entre o masculino e o feminino e a intencionalidade do MST frente às novas relações de gênero que se entende necessárias para a construção de uma nova sociabilidade.

Na página eletrônica do Movimento consta que é tarefa do Setor de Gênero “estimular tal debate [de gênero] nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST” (MST, [S.d]).

As entrevistadas percebem como atribuição do Setor, principalmente, a proposição e organização da mobilização delas no dia oito de março e as formações que ocorrem ao longo do ano nos assentamentos e acampamentos coordenados pelo Movimento. Aurora enfatiza que as formações são muito importantes, especialmente por levarem em conta a construção da independência financeira das mulheres:

A gente trabalha com formação [...] nós vimos a necessidade das mulheres terem renda, nós começamos a trabalhar que as mulheres tivessem renda. Nós conseguimos um projeto através da luta das mulheres travadas nos oito de março, de um apoio mulher [crédito federal] que é um projeto que nós estamos ainda aí peleando, bancando, lutando. [...] Hoje nós temos facilidade de reunir as mulheres quando nós temos a formação e uma oficina prática junto. E nossa metodologia de trabalho com as mulheres aqui na região é isso, nós chamamos elas pra um encontro, mas nós temos a conjuntura política e nós temos junto com a questão política uma oficina prática.

A inserção das mulheres nos processos produtivos dos assentamentos e na gestão de recursos é uma das principais bandeiras do Setor de Gênero, expressa em todos os materiais. Além do acesso a recursos, a articulação das mulheres visa que o MST como um todo incorpore em suas lutas pautas que são de interesse delas.

A organização das mulheres surgiu e se mantém como um movimento dentro do Movimento. Seu reconhecimento é buscado tanto na família, quanto na comunidade e frente ao Estado a partir da articulação entre as demandas particulares das mulheres e as demandas gerais defendidas pelo MST. As entrevistas e os materiais produzidos pelo Movimento indicam uma preocupação em obter ganhos de autonomia para as mulheres, mas nunca perdendo de vista os objetivos mais amplos do Movimento, entendendo que a luta das mulheres por autonomia está atrelada à luta por emancipação da classe trabalhadora. Assim, fica evidente que o Movimento Sem Terra que surge como um movimento social clássico, cujas demandas estavam estritamente ligadas à contradição capital/trabalho, ao longo do seu desenvolvimento incorporou demandas identitárias, associadas aos novos movimentos sociais, num esforço de integrar essas duas classes de reivindicações.

Inspirados na perspectiva moral da Teoria Crítica da sociedade, buscamos, com esse trabalho, compreender quais as motivações que levaram à articulação de um movimento de mulheres no interior do MST. Para tanto, valemo-nos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), notadamente dos conceitos de reconhecimento, desrespeito e autonomia.

Nossa abordagem é qualitativa, analisamos as publicações do Setor de Gênero do MST e realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres Sem Terra. Através do presente estudo temos como objetivos analisar o discurso do Setor de Gênero do MST sobre as mulheres, considerando materiais produzidos no período de 1988 a 2015; e identificar as vivências de desrespeito e a luta por reconhecimento das mulheres no interior do MST.

Gênero no MST: as publicações

Em seu estudo sobre subjetividade e gênero no MST, Melo indica que gênero aparece nos materiais do Movimento pela primeira vez em uma publicação de 1986 intitulada *Construindo o Caminho*; no entanto não obtivemos acesso a esse material. Conforme Melo, neste documento constam as primeiras resoluções do MST sobre a participação política das mulheres na luta pela reforma agrária (MELO, 2010, p. 115).

Em consonância com a fala, anteriormente citada, de Mercedes, Melo indica que era uma pauta incipiente no interior do Movimento e que, portanto, as resoluções não eram produto de uma discussão aprofundada dentro do MST. Ela afirma que as medidas apresentadas nesse documento de 1986 eram resoluções a serem seguidas para “resolver o problema da discriminação contra a participação da mulher nos processos coletivos do MST” (MELO, 2010, p. 125), e ainda não problematizavam a construção de novas relações de gênero.

Após a publicação de *Construindo o caminho* em 1986, vários materiais foram publicados pelo Movimento sobre a pauta das mulheres. Obtivemos acesso a sete deles: *A mulher nas diferentes sociedades* (caderno de formação publicado em 1988), *A questão da mulher no MST* (cartilha publicada em 1996), *Compreender e construir novas relações de gênero* (coletânea de textos publicada em 1998), *Mulher Sem Terra* (cartilha publicada em 2000), *Construindo o caminho* (livro de 2001), *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (coletânea de textos publicada em 2003) e *Mulheres conscientes na luta permanente!* (folheto produzido pelo Setor de Gênero e publicado em 2015).

Esses materiais foram produzidos com objetivos distintos: para orientar formações, para servir de material de estudo ou como sistematização dos encontros de mulheres do MST. O que se sobressai em todos eles é o atrelamento da luta das mulheres à luta de classes, a necessidade de organização delas a fim de galgarem direitos frente ao Estado – na condição de trabalhadoras rurais – e frente ao Movimento – podendo participar de modo igualitário na tomada de decisões políticas e econômicas nos acampamentos e assentamentos.

Caderno de formação: *A mulher nas diferentes sociedades* (1988)

A mulher nas diferentes sociedades é um caderno de formação produzido em 1988 pela Equipe de Mulheres do MST. Na sua apresentação consta um indicativo de que a participação das mulheres nos movimentos populares tem sido importante para garantir conquistas, mas que é preciso que as mulheres tenham as mesmas oportunidades dos homens de capacitarem-se. Deste modo, o objetivo do caderno é ser “um primeiro passo no sentido de despertar sua atenção [das mulheres Sem Terra] para questões que interessam à mulher e à toda a classe trabalhadora” (MST, 1988, p. 3).

Nesse material elas buscam criar o senso de que é apenas através da luta, da construção cotidiana de novos valores que a condição de subordinação das mulheres irá se transformar. Conforme indicam, “não é preciso esperar a vitória do socialismo para lutar por essa libertação; esse caminho deve começar a ser trilhado já” (MST, 1988, p. 16).

Cartilha: *A questão da mulher no MST (1996)*

Dez anos depois da primeira aparição sistematizada do tema gênero nos materiais do MST, em 1996 o Coletivo Nacional de Gênero promove o I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST. A cartilha *A questão da mulher no MST* contém o diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade e no Movimento; o resgate das linhas políticas assumidas pelo MST frente à questão das mulheres em três de seus principais documentos – as Normas Gerais do MST (1989), o Documento Básico (1993) e o Programa Agrário (1995); um plano de trabalho, contendo objetivos, níveis de ação e encaminhamentos práticos e políticos.

Os encaminhamentos políticos e práticos estabelecidos no I Encontro Nacional e apresentados na referida cartilha foram definidos a partir da reflexão sobre a dominação de gênero, “de como vemos a situação da mulher no MST e das linhas políticas para a questão das mulheres já definidas nos principais documentos do MST” (MST, 1996, p. 2).

Julgamos interessante destacar esse aspecto, tendo em vista que utilizam como critério para problematizar a situação das mulheres no interior do Movimento elementos definidos e aceitos como norma pelo grupo. Dentre os aspectos

ressaltados nesses documentos estão a “igualdade de direitos e de condições” e a demanda por “considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero” (MST, 1996, p. 5). A partir dos objetivos estratégicos que as mulheres definem são construídas suas ações.

Coletânea de textos: *Compreender e construir novas relações de gênero* (1998)

Compreender e construir novas relações de gênero é uma coletânea de textos produzidos por diversos autores⁴ cujo intuito é orientar o estudo de homens e mulheres nas instâncias do Movimento a fim de contribuir para o estabelecimento de novas relações de gênero.

São sete textos, que tratam de cidadania, trabalho, luta de classes e educação sempre articulados com a temática de gênero.

O último texto é o que mais nos interessa por ser assinado pelo Coletivo de Mulheres do MST. O artigo fora intitulado *A questão das mulheres no MST* e na primeira linha esclarece seu objetivo: “elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na sociedade que queremos construir” (MST, 1998, p. 48). Sobre as mulheres no Movimento, o Coletivo indica que, embora tenha que se levar em conta suas particularidades, o papel delas é o mesmo papel dos homens. Apontam ainda que as normas que versam sobre a participação igualitária da mulher no Movimento são antigas, mas que seu conteúdo não se realizou, embora seja uma preocupação central no interior do MST que se tornem realidade (MST, 1998, p. 50). Embora, ao longo do trecho que diagnostica a situação da mulher no Movimento, o Coletivo evidencie a importância da adesão masculina, no item que versa sobre a metodologia de trabalho junto às mulheres a responsabilização sobre a não participação feminina recai sobre as próprias mulheres, tanto as integrantes do Coletivo que têm a tarefa de mobilizar outras mulheres para participarem, esclarecendo a importância de integrarem as

⁴ Não há informações sobre o pertencimento ou não deles à militância do MST.

instâncias decisórias e de mobilização, quanto as mulheres da base que não buscam participar.

O texto encerra com o encaminhamento de que as formações gerais devem ter 40% de vagas para as mulheres, pois seu maior envolvimento nas instâncias políticas vai se dar a partir de um processo educativo; e que seja inserido nas formações um dia de discussão com homens e mulheres sobre a pauta de gênero.

Cartilha: *Mulher Sem Terra* (2000)

No ano de 2000, o Coletivo Nacional de Gênero do MST lança a cartilha *Mulher Sem Terra*. A publicação está estruturada em oito temas a serem trabalhados em encontros de formação, estudo e discussão sobre a participação e a realidade das mulheres Sem Terra: “serão 8 (oito) encontros que irão trazer elementos para refletirmos sobre nossa realidade e juntas, organizadas, buscaremos saídas para construirmos uma vida digna” (MST, 2000, p. 4).

A cartilha apresenta, para todos os encontros, sugestões de canto e de música para a abertura da atividade. Todos os encontros partem da mesma estrutura: abertura (cantos e música); introdução sobre o tema do encontro; questões para debate em grupos (exemplos do cotidiano e sobre “o que podemos fazer”); conclusão (informações complementares à introdução); preparação para o próximo encontro (definição de data e local, convites, preparação do ambiente e da música, agradecimentos e cantos de animação).

Os oito temas apresentados, cada um referente a um encontro, são: 1) As mulheres e a luta de classes; 2) Relações de gênero; 3) Educar sem discriminar; 4) Os valores; 5) Cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos; 6) Mulher e saúde; 7) As mulheres e a construção do projeto popular; 8) As mulheres e a reforma agrária.

A cartilha encerra com o item *linhas políticas do MST sobre a participação das mulheres*, onde o Coletivo resgata nos documentos oficiais do Movimento as diretrizes estabelecidas que garantem a participação igualitária das mulheres em todas as instâncias do MST, seu direito frente à posse compartilhada da terra, frente aos financiamentos adquiridos e a necessidade de também participarem dos cursos de capacitação oferecidos por técnicos. Versam também sobre a importância de

serem garantidas as cirandas infantis que viabilizam a participação das mulheres nas atividades políticas e de formação técnica.

Livro: *Construindo o caminho* (2001)

Essa publicação de 2001 carrega o mesmo título – *Construindo o caminho* – do livro publicado em 1986 e apresenta sistematizadas as experiências do MST sobre diversos temas. Conforme a apresentação da publicação, ela não é um livro, é “uma resenha das reflexões que foram construídas de maneira coletiva” (MST, 2001, p. 5). Nos textos estão evidenciados que os valores que conduzem o Movimento – justiça, fraternidade, solidariedade, respeito, companheirismo, amor – devem ser exercitados por todos os integrantes do MST a fim de que se construa a justiça social no interior do próprio Movimento.

Os eixos temáticos pautados nesta publicação são: o modelo econômico e a agricultura; a luta pela reforma agrária e o MST; linhas políticas dos setores do MST; os valores, a disciplina e a mística. A discussão sobre a mulher encontra-se no eixo temático “Linhas políticas dos setores do MST”, no item “Setor de Gênero”, sendo o primeiro material que indica a transformação do Coletivo de Mulheres em Setor de Gênero.

O texto inicia com uma avaliação positiva do Movimento frente ao entendimento de que há desigualdades nas relações de gênero e que a superação delas, evidenciada na maior participação das mulheres, é fundamental para a luta do MST. Apresenta-se uma análise da conjuntura feminina, indicando que no interior do Movimento as relações materiais e simbólicas se dão do mesmo modo que no restante da sociedade, isto é, as duplas ou triplas jornadas de trabalho das mulheres, a desvalorização do trabalho doméstico, a dificuldade de mulheres acessarem linhas de crédito e de serem reconhecidas como produtoras rurais, a fragilidade e a ausência de racionalidade como sendo características naturais delas.

O Setor apresenta 11 objetivos, dentre eles “fortalecer a autoestima das mulheres através de atividades de formação específicas” e “incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil,

reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural” (MST, 2001, p. 148).

Dentre as linhas políticas propostas estão: “ter 50% de homens e mulheres em todas as atividades de formação e capacitação”; “assegurar que a terra e os créditos conquistados pelo MST saiam em nome do casal”; “garantir um coordenador e uma coordenadora nos núcleos de base” (MST, 2001, p. 151). Enquanto nestas propostas fica evidenciada a preocupação com a participação quantitativa das mulheres, em passagem anterior do mesmo documento encontramos a seguinte afirmação: “Preocupa-nos estabelecer novas relações de poder e não apenas o número de mulheres no poder” (MST, 2001, p. 146), indicando uma maior preocupação com a transformação da forma e menos com a ampliação numérica da participação feminina.

Na mesma direção, sobre “como transformar as relações de gênero no MST”, o Setor diagnostica que

é necessário todo um processo de transformação de concepção e de comportamento que pode ser muito demorado, especialmente no âmbito doméstico. [...] É preciso implementar linhas políticas que nos possibilite criar as condições para ir construindo de fato relações de gênero baseadas na solidariedade, no companheirismo, cooperação (MST, 2001, p. 150-151).

Os pilares apresentados pelo Setor para a construção das novas relações de gênero no MST são valores humanistas, e são resgatados como negação a valores capitalistas.

O texto é encerrado com a indicação da metodologia de trabalho do Setor, onde é destacada a importância de vincular-se permanentemente a construção de novas relações de gênero à luta de classes; a busca por “dar organicidade ao Setor de Gênero” (MST, 2001, p. 153) a partir da criação de coletivos de gênero em todas as instâncias do Movimento. Esses grupos podem ser compostos apenas por mulheres, mas, preferencialmente, devem integrar homens e mulheres; a promoção de debates nos acampamentos e assentamentos sobre os temas gênero e classe, sempre buscando implementar as linhas políticas do Setor; o agendamento das atividades conforme o dia e horário que facilite a participação de homens e mulheres.

Livro: *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (2003)

Publicado em 2003, o livro *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* é um material claramente direcionado para orientar o estudo de homens e mulheres sobre a pauta de gênero. Ele é dividido em oito artigos de diferentes autores⁵, cujos temas são: gênero, relações de gênero, feminismo, luta dos trabalhadores, sociedade patriarcal, educação, dia internacional das mulheres e símbolos feministas.

O livro ainda conta com um capítulo de *Sugestões de leitura* sobre os temas feminismo e relações de gênero, organizadas conforme a natureza da publicação: livro, texto, cartilha, periódico e trabalhos acadêmicos de militantes do MST. Há também *Sugestões de vídeos e filmes* sobre a mesma temática, são vídeos, filmes estrangeiros e filmes nacionais.

Folheto: *Mulheres conscientes na luta permanente!* (2015)

O Setor de Gênero do MST produziu o folheto explicativo *Mulheres conscientes na luta permanente* para esclarecer as mulheres sobre o tema da violência em suas diversas expressões. A pobreza, a fome, os conflitos de terra e a publicidade são elementos pontuados como produtores de violência contra as mulheres.

No material, indica-se também que “há ainda as lésbicas e bissexuais que sofrem cotidianamente violência. Além das mulheres transexuais terem o reconhecimento de sua identidade de gênero negada, as agressões verbais e físicas também permeiam seu cotidiano” (MST, 2015, p. 5). É o primeiro material que trata de outras identidades femininas.

Há o esclarecimento sobre o que é a violência doméstica e quais são as dificuldades encontradas por muitas mulheres ao tentarem sair de um quadro de violência: medo de denunciar, não ter para onde ir, dependência financeira, etc. Mas o Setor pontua quatro caminhos coletivos para o enfrentamento deste

⁵ Não há informações sobre o pertencimento ou não dos autores à militância do MST.

problema: 1) trazer essa questão para o regimento interno de cada acampamento e assentamento; 2) criar formas para inibir as agressões (apitação, por exemplo) e levar a pauta para as assembleias; 3) discutir o tema nas escolas com as crianças e adolescentes; 4) acionar a polícia e registrar boletim de ocorrência (MST, 2015, p. 6).

Após o quarto item há um esclarecimento maior sobre a Lei Maria da Penha e sobre as formas de violência contra a mulher que a lei abarca: ameaça, calúnia, homicídio, lesão corporal, estupro, assédio sexual etc. No material é dada ênfase para o esclarecimento de que não somente a agressão física é caracterizada como violência, há violências de ordem psicológica, sexual, moral e patrimonial também.

Frente ao quadro amplo de formas de violência exercidas contra a mulher, o Setor indica como saídas considerar a violência doméstica como um problema coletivo, não permitir violência de nenhum tipo, lutar por políticas públicas e construir novas relações de gênero que garantam igualdade de condições a todos e todas (MST, 2015, p. 8).

Neste material a problematização apresentada encontra-se na intersecção entre as esferas do amor e do direito, trazendo a violência doméstica para a linha de frente da luta das mulheres. Enquanto as demais publicações do Setor de Gênero voltavam-se para o interior do Movimento, para a formação intelectual e política de homens e mulheres, este folheto é mais abrangente, tem como objetivo esclarecer as mulheres em geral sobre os caminhos para enfrentar a violência. Estão em evidência as leis que já foram conquistadas e também o modo como elas têm sido violadas, especialmente, no interior da família. O Setor indica que, além do Estado, a comunidade e seus espaços deliberativos devem ser acionados em casos de violência, para que a mulher receba apoio e para que a situação seja refletida coletivamente.

Desrespeito e reconhecimento: o diagnóstico do Setor de Gênero

Reconhecimento e desrespeito são noções indissociáveis na obra de Honneth. São as vivências de desrespeito as impulsionadoras das lutas por reconhecimento. No entanto, Salonia (2008, p. 128) destaca que “no discurso de Honneth, é evidente que nem todas as formas de sofrimento ficam no centro das

atenções para o pensamento crítico, mas sim apenas aquelas que são causadas por contextos sociais e, portanto, tendem para a sua alteração”; assim, o autor enfatiza que são as expectativas sociais que estão em jogo. O sofrimento social, portanto, é “o sofrimento que é acompanhado pela violação das expectativas de membros para com a sociedade e que só podem ser cumpridas na sociedade” (SALONIA, 2008, p. 128-129).

As expectativas dos indivíduos variam conforme o tipo de relação a qual se referem, ou seja, estão ligadas ao reconhecimento de suas necessidades, de sua igualdade jurídica ou de suas contribuições sociais (HONNETH, 2006, p. 142). O reconhecimento de suas necessidades, por conseguinte, é a expectativa que os indivíduos têm na esfera do amor, das relações íntimas, a igualdade jurídica na esfera do direito e o reconhecimento das suas contribuições sociais é a expectativa direcionada à comunidade de valores, na esfera das realizações.

Conforme Honneth (2006, p. 113), “las tres esferas de reconocimiento forman unos modelos de interacción, fundamentales desde el punto de vista normativo, en el sentido de que no pueden practicarse si sus principios subyacentes no se respetan de alguna manera”. O sentimento de injustiça emerge quando esses princípios subjacentes são desrespeitados, conforme a esfera onde se deu. A saber, na esfera do amor, o desrespeito se expressa como violação, na esfera do direito, pode haver a privação de direitos e na esfera das realizações, o desrespeito produz degradação moral ou injúria.

A identidade do indivíduo deve ser a mais intacta possível, ou seja, formada a partir de experiências de reconhecimento mútuo. Honneth (2006, p. 136) esclarece que “la formación de la identidad del individuo suele producirse a través de las etapas de interiorización de las respuestas de reconocimiento socialmente estandarizadas”. E para a realização da autonomia individual é fundamental que o indivíduo seja capaz de desenvolver uma autorrelação intacta a partir da experiência de reconhecimento social (HONNETH, 2006, p. 141).

Honneth (2006, p. 137) esclarece que “el interés fundamental por el reconocimiento social siempre está configurado esencialmente por los principios normativos determinados por las estructuras elementales de reconocimiento mutuo dentro de una determinada formación social”. Assim, destacamos nos materiais produzidos pelo Setor de Gênero do MST e analisados no presente artigo as

experiências de desrespeito vivenciadas e descritas pelas mulheres, considerando que as diretrizes de gênero apresentadas são princípios normativos daquele grupo ou elaborações do Setor de Gênero que ambicionam integrar a normatividade do grupo.

Análise dos materiais

Via de regra, as publicações do Setor de Gênero evidenciam o objetivo de servir de referencial para estudos e formações de mulheres Sem Terra, para que estejam familiarizadas com as discussões no campo dos estudos de gênero, no campo dos direitos das mulheres e sobre as leituras marxistas a respeito das desigualdades entre homens e mulheres e entre as classes sociais. Nesse sentido, atentamos para os trechos onde são relatadas experiências de desrespeito vivenciadas por elas, especialmente nas esferas da família e da comunidade de valores, tendo em mente o indicativo de Honneth de que, provavelmente, não se vai encontrar no seio da classe trabalhadora uma concepção clara e fundamentada de justiça; no entanto as pessoas sentem e expressam com clareza quando suas expectativas normativas são violadas e sentem-se injustiçadas. Nas palavras do autor,

quando a história social da classe trabalhadora se concentra em ideias normativas no cotidiano do proletariado industrial, é mais provável encontrar sentimentos firmemente ancoradas de injustiça em vez de objetivos claramente formulados, eticamente fundamentados. A causa básica disto não é a inferioridade cognitiva dos estratos mais baixos, mas as diferenças de classe específica frente à pressão exercida sobre eles por problemas normativos. [...] Suas reivindicações morais são preservadas como uma consciência de formas de injustiça, uma vez que a sua social situação-de-classe nem force nem apoie a elaboração reflexiva e generalização lógica dessas reivindicações. No entanto, um conceito que visa medir o potencial normativo de grupos sociais, com base em ideias coletivas de injustiça ou formas de consciência moral, não consegue alcançar a moral implícita de tal consciência da injustiça (HONNETH, 2007, p. 84 e 86).

Esse autor entende que a ética social das massas oprimidas não contém ideias de uma ordem moral total, no entanto têm um sensor altamente sensível de injustiças ao que essas massas tomam como suas reivindicações morais (HONNETH, 2007, p. 84), ou seja, "os protestos sociais das classes mais baixas não são, em termos motivacionais, guiados por princípios morais formulados de

forma positiva, mas por violação de noções intuitivas de justiça" (HONNETH, 1999 apud SALONIA, 2008, p. 128).

Seguindo esse rastro, destacamos trechos das obras analisadas. No livro *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* de 2003, a autora⁶ enfatiza experiências simbólicas de desrespeito, igualmente ligadas à desvalorização da participação das mulheres, mas ligadas também ao descaso perceptível no comportamento de alguns homens nas instâncias deliberativas do Movimento em relação às questões específicas de gênero, o não reconhecimento das mulheres como agentes políticos e as relações hierarquizadas no âmbito doméstico:

Uma das dificuldades do combate político às discriminações, aos preconceitos, ao machismo é a forma camuflada ou sutil com que às vezes [os homens] se manifestam, o que não diminui o peso negativo que tem sobre as mulheres. Transparecem na linguagem, nas piadas, nas brincadeiras no intervalo das reuniões, na falta de seriedade nas discussões que envolvem a questão da mulher, nas relações entre companheiros e companheiras, no desrespeito à capacidade política das militantes mulheres, na ausência de uma política clara para seu desenvolvimento geral como militantes (MST, 2003, p. 36).

Observamos também nesse trecho a demanda das mulheres por políticas (normas) que versem e possibilitem seu desenvolvimento integral como militantes, ou seja, que garantam sua participação política igualitária.

No segundo trecho⁷ retirado da mesma obra de 2003, o Setor enfatiza as experiências de assédio vivenciadas pelas mulheres, onde homens em posição de poder utilizam de sua colocação para assediar as mulheres e acabam promovendo o desinteresse feminino pelos espaços políticos de tomada de decisão:

As novas militantes que vão ter sua primeira experiência política neste ambiente, o choque com a agressividade, as cantadas constantes, o desrespeito, o acossamento e disputa entre os vários militantes homens têm um efeito extremamente negativo, que não apenas afasta um bom número de mulheres do movimento, mas se torna também um empecilho a mais para o desenvolvimento de sua consciência feminista. Neste aspecto, o comportamento de grande parte dos militantes em nada difere do comportamento dos patrões e chefes, que se utilizam de sua posição para conseguir "favores" afetivos e sexuais por parte das mulheres (MST, 2003, p. 37).

⁶ Trecho extraído do texto *O feminismo e a luta dos trabalhadores* de Tatau Godinho.

⁷ Trecho extraído de *O feminismo e a luta dos trabalhadores* de Tatau Godinho.

Quando a autora fala dessa experiência como um empecilho para o desenvolvimento da consciência feminista das mulheres, podemos também, a partir da teoria do reconhecimento de Honneth, pensar no quanto essas experiências prejudicam o desenvolvimento da autoestima – ligada à esfera das realizações – dessas mulheres que vivenciaram situações de assédio moral e assédio sexual nos espaços do Movimento, tendo em vista que “padrões sistemáticos de denigração representam uma ameaça não apenas à felicidade ou à identidade, como também ao *modo de agir* daqueles afetados” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 98), nesse caso, impactando na escolha delas por frequentar ou não os espaços onde vivenciaram tal degradação.

Destacamos ainda um terceiro trecho⁸:

Nos assentamentos as mulheres, em geral, são excluídas das discussões políticas e econômicas, muitas sequer sabem como e onde os recursos são investidos. E mesmo nas cooperativas, onde as mulheres conseguem obter remuneração igual a dos homens, elas não participam ativamente da administração, da elaboração dos projetos, etc. Mas em todas as realidades elas são companheiras na hora de produzir e de pagar as dívidas (MST, 2003, p. 23).

Esse relato sistematiza as experiências compartilhadas que motivaram as mulheres do MST a mobilizarem-se pela criação de uma linha de crédito que se voltasse para suas demandas e, mais do que isso, conforme as representantes do Setor de Gênero, uma linha de crédito específica para as mulheres tem um fim pedagógico, pois possibilita que tarefas sistematicamente realizadas pelos homens sejam experienciadas pelas mulheres, como a elaboração de um projeto para captação de recursos, o orçamento e, posteriormente, a gestão dos recursos⁹. Mercedes elucida esse aspecto:

Pra nós tem um significado do Apoio Mulher, pras mulheres também tomar posse da administração, da questão financeira dentro do assentamento. Porque todo recurso que vem, quem que é chamado? É o homem. O investimento, quem é que vai fazer o projeto? É o homem. Quem vai fazer o orçamento? É tudo homem. E esse é tudo a mulher.

⁸ Trecho extraído do texto *As relações de gênero e o MST* de Christiane Campos.

⁹ Essa linha de crédito passou a vigorar em 2008 com o nome de Apoio Mulher. Em 2014 sofreu alterações e foi renomeada para Fomento Mulher. É um recurso de três mil reais, pago em parcela única e que tem como objetivo “promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade entre mulheres e homens no meio rural” (MDA, 2015, p. 10). Embora conheçam a mudança de nome sofrida pela linha de crédito, as mulheres do MST seguem chamando de Apoio Mulher.

A entrevistada destaca também que o Apoio Mulher não foi uma concessão do INCRA/MDA, mas o produto da luta delas. Mercedes avalia que essa experiência teve reflexos positivos, pois, na condição de membra da equipe técnica, identificou uma mudança no comportamento das assentadas em Eldorado do Sul:

Depois que elas acessaram esse projeto Apoio, agora, tem um fundo rotativo da prefeitura [Eldorado do Sul] aqui que os agricultores também têm direito, né, e tem os critérios também. E aí, assim ó, pra esse eu fiz cinco projetos, dos cinco projetos três eram de mulheres. E é um projeto que homem pode fazer também. Mas elas vieram fazer. Então isso quer dizer que deu resultado, elas já tão pegando recurso em outra fonte. E elas indo lá fazer orçamento, elas vindo dizer que que elas querem. [...] Agora elas já vem fazer reivindicando, pegando outros recursos. Por elas mesmas. Pra ver como deu resultado.

Aurora também ressalta que esse crédito fora uma conquista da luta das mulheres nos oito de março e destaca que na região metropolitana em torno de quinhentas mulheres tiveram acesso ao crédito:

Essas mulheres conseguiram se organizar, aprenderam, muitas aprenderam a fazer um projeto, ir em busca de orçamento, de fazer um projeto técnico e administrar esse projeto, que esse projeto era um projeto que era pra gerar renda pras mulheres, era um investimento pras mulheres. Através disso nós conseguimos crescer nas hortas, tem muita mulher hoje envolvida nas hortas [...]. Nós conseguimos duas – na minha microrregião – duas padarias esse ano novas. Com experiência nova das mulheres tá tocando a padaria [...]. E elas sem experiência, sem saber e a gente tá lá conseguindo [...]. É muito interessante, sabe, o desafio que as mulheres tão hoje.

Essa experiência delas pode ser pensada a partir do impacto que o acesso a direitos de cidadania produz na realização da autonomia dessas mulheres, considerando que o desenvolvimento do autorrespeito é fundamental nesse processo. Anderson e Honneth indicam que o autorrespeito – autorrelação produzida pelo reconhecimento na esfera do direito – “exige uma visão de si mesmo como a fonte legítima de razões para agir. Se uma pessoa não consegue ver a si mesma como deliberadora competente e como coautora legítima de decisões, é difícil ver como ela se levaria a sério em seu próprio raciocínio prático sobre o que fazer” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 90). Nesse sentido, além de igualdade jurídica, o acesso a direitos cria uma situação favorável para que elas tomem para

si as decisões sobre o que fazer, respeitando seu próprio entendimento sobre a situação, como no caso dos recursos acessados pelas mulheres do MST.

Além do autorrespeito, Anderson e Honneth indicam que a realização da autonomia está atrelada à autoconfiança e à autoestima, capacidades desenvolvidas a partir das relações de reconhecimento mútuo estabelecidas, respectivamente, nas esferas do amor e da comunidade de valores. No folheto de 2015, publicação mais recente a que tivemos acesso, o Setor expressa o desrespeito nessas duas esferas:

Somos oprimidas de diferentes formas no dia a dia: em casa, no trabalho, na relação familiar e no cotidiano da luta. Através de um processo de invisibilização do nosso trabalho, de opressão por ser mulher, somos consideradas inferiores e temos as nossas ações desvalorizadas, bem como muitas vezes nossa presença, fala e exposição de ideias, em público são desqualificadas. E, infelizmente, em vários lugares da nossa base, ainda verificamos casos de violência física contra mulheres e crianças (MST, 2015, p. 2).

Além de pontuar a desvalorização das atividades e contribuições femininas na família e na comunidade, o material enfatiza a violência física contra as mulheres indicando que essa questão não deve ser tratada no âmbito privado, mas levada para os espaços do Movimento e registrada na polícia. O Setor de Gênero expressa reconhecer a dificuldade de se sair de uma situação de violência doméstica, mas indica que as mulheres devem enfrentar trazendo o problema para os espaços deliberativos do Movimento e, com isso, possibilitar o debate público sobre o assunto e receber o apoio da comunidade. O questionamento das situações de desrespeito vivenciadas pelas mulheres não assegura a existência de condições favoráveis para que elas possam realizar sua autonomia, tomando para si seus projetos de vida e desenvolvendo autoconfiança, autorrespeito e autoestima, no entanto, é um passo fundamental nessa direção.

Ao longo do período compreendido pelos materiais analisados – 1988 a 2015 – é possível perceber que a luta das mulheres Sem Terra sempre abarcou as três esferas do reconhecimento, e esteve transitando entre os polos da dicotomia igualdade/diferença. E que, embora algumas pautas permaneçam, a forma como cada uma delas se particulariza hoje é diferente de como está expressa nos anos de 1980, indicando que o debate amadureceu no interior do MST, mas também que

alguns ganhos foram se efetivando e outras formas de desrespeito ganhando evidência.

No discurso, o Setor de Gênero ainda demonstra a necessidade de que as contribuições e a voz das mulheres sejam reconhecidas de modo simétrico; no entanto, indica uma necessidade maior de políticas públicas do que de normas internas com vias a transformar as relações de gênero.

Referências

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n.17, p. 81-112, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Redistribución como reconocimiento: Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata, 2006. p. 89-148.

_____. Moral consciousness and class domination: some problems in the analysis of hidden morality. In: _____. **Disrespect**: the normative foundations of critical theory. Cambridge: Polity Press, 2007. p. 80-96.

MDA. **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária**. Brasília: MDA, 2015. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IIC_A_pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf> Acesso em: 11 nov. 2015.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 113-143.

MST. **A mulher nas diferentes sociedades**. São Paulo: [S.ed.], 1988.

_____. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: [S.ed.], 1996.

_____. **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Peres, 1998.

_____. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: [S.ed.], 2000.

_____. **Construindo o caminho**. [S.l.]: [S.ed.], 2001.

_____. **Construindo novas relações de gênero**: desafiando relações de poder. São Paulo: [S.ed.], 2003.

_____. **MST: lutas e conquistas**. São Paulo: [S. ed.], 2010.

_____. **Mulheres conscientes na luta permanente**. [S.l.]: [S.ed.], 2015.

_____. **Quem somos**. [S.d]. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 25 janeiro 2016.

SALONIA, Michele. Suffering from exclusion: on the critical impulse of the theory of recognition. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, janeiro/abril, 2008. p. 125-136.

SOBOTTKA, Emil Albert. **Reconhecimento**: novas abordagens em teoria crítica. São Paulo: Annablume, 2015.

· **Entrevistas**

AURORA. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 27 nov. 2015. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

FLORA. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 23 nov. 2015. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

MERCEDES. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 17 jul. 2015. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

VIOLETA. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 11 fev. 2016. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.